

PAULO JOSÉ MIGUEL DE BRITO E A "MEMÓRIA POLÍTICA"

por Walter F. Piazza

Paulo José Miguel de Brito é autor da "Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina", que é, na verdade, a nossa primeira história impressa, porquanto outras houve e não foram impressas no seu momento de elaboração ou quando seu autor, vivo ainda era.

Tem uma vida militar bastante movimentada e, ainda, pouco conhecida.

Era filho de José Maria de Brito Cabral, proprietário vitalício do ofício de Escrivão das Cizas de Terra e Mar da Vila de Cezimbra e Feitor da Costa da mesma vila e para Escrivão dela fora nomeado a 23 de abril de 1805 e empossado a 27 de maio daquele ano de 1805. (1)

Paulo José Miguel de Brito - como ele mesmo confessa - esteve em 1797, pela primeira vez, na Ilha de Santa Catarina.

Teria, então, tomado conhecimento do "Relatório" do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro, com o qual a sua "Memória política" tem alguns pontos de semelhança?

Em 1808, quando da transmigração da família real portuguesa para o Brasil, para cá veio comandando a charrua "Thetis". (2)

Retorna a Santa Catarina, em 1811, como Ajudante-de-Ordens do Governador da Capitania.

O interesse de Paulo José Miguel de Brito se manifesta, por Santa Catarina, de outra forma.

(1) - BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos.

Documentos biográficos. C. 923.4.

2) - BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos.

Documentos biográficos. C. 391.6.

Em 1813, requeria uma sesmaria "na margem sul do rio Cubatão", no distrito da freguesia de N. Sra. do Rosário de Enseada de Brito, com uma légua em quadro, fazendo frente com os fundos das terras do Capitão de Infantaria de Linha João de Bittencourt Pereira Machado e Sousa, e pelos demais lados - sul, leste e oeste -, com terras devolutas, para "fazer estabelecimento de lavoura e criação de gado".

Não se tem dados efetivos sobre a ocupação ou não das referidas terras.

Em 1814, retificou o "plano hidrográfico da Ilha de Santa Catarina", o que demonstra os seus conhecimentos da topografia.
(3)

E, em 1816, deixando sua função junto ao Governo de Santa Catarina, esteve no Rio de Janeiro, onde redigiu a "Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina".

Já, então, Coronel de Cavalaria, adido ao Estado Maior do Exército, foi nomeado Comandante Militar da Ilha de São Jorge, Açores, por Carta Régia de 26 de fevereiro de 1818, tomando posse a 15 de novembro de 1819.

Nesta qualidade presidiu na vila das Velas, na sobredita Ilha de São Jorge, o juramento, pelas autoridades e povo, da Constituição portuguesa de 1820, levado a efeito a 31 de março de 1821.

Permaneceu, Paulo José Miguel de Brito, no cargo de Comandante Militar daquela Ilha, até 1822.

Entrementes, a 9 de setembro de 1819 obtivera o provimento do cargo de Escrivão das Cizas de terra e mar da Vila de Cezimbra, e foi, então, autorizado a nomear serventuário para o exercício daquele cargo, por provisão de D. João VI. (4)

(3) - ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. Lisboa. Catalogado sob o nº 16.697.

(4) - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Lisboa. Chancelaria de D. João VI. (Próprios). L.33, fs. 108v.

Ao deixar o Comando Militar da Ilha de S. Jorge obtém licença para tratar-se em Caldas da Rainha, "em razão da sua moléstia de estômago", pela Resolução de 21 de julho de 1821. (5)

Foi, depois, nomeado Governador militar de Santarém, pela Ordem-do-Dia nº 18, de 22 de junho de 1828, sendo ainda Coronel do Estado-Maior do Exército.

Dessa comissão foi dispensado pela Ordem-do-Dia nº 55, de 3 de setembro de 1828. (6)

Tendo se tornado "miguelista" - isto é, partidário de D. Miguel, na luta pelo tronco português, contra o direito de D. Maria II, filha do nosso Pedro I -, foi concedido a Paulo José Miguel de Brito o título de Conselheiro, a 6 de abril de 1829, sendo-lhe, ainda, atribuída a patente de Coronel de Estado-Maior, a 14 daquele mês e nomeado, a 27 daquele abril de 1829, Governador e Capitão-General de Moçambique.

O seu calvário nesse Governo é deveras impressionante.

Saído de Lisboa, com destino a Moçambique, a 4 de maio de 1829, a bordo da charrua "Princesa Real", só, a 18 de agosto daquele ano, chegou a sede do seu governo, com 104 dias de viagem, onde, a 21, tomou posse.

A sua correspondência com Lisboa retrata a situação política, militar, social e econômica da área sob sua administração, onde teve que enfrentar epidemias de fome, e, ele, pessoalmente, padeceu com o clima, que "tem arruinado excessivamente minha saúde; há perto de um ano que me sinto exaurido de forças físicas e intelectuais, e decorrem dias sucessivos, em que não posso fazer trabalho algum de gabinete, mormente durante o estio".

O seu governo, motivou, dadas as condições políticas existentes, "instruções" que podem ser resumidas, desta forma:

"O Governo da Metrópole (Portugal), apesar da sua obcecação, reconheceu que a situação de Mo

(5) - ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. Lisboa, Caixa nº 536.

(6) - ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. Lisboa, Caixa nº 536.

çambique era melindrosa e que se tornava necessá-
rio transigir em alguns pontos, pelo que chegou
a dizer ao capitão-general (Paulo José Miguel de
Brito) que era preciso fechar os olhos, onde a
falta de gente e a acumulação de degredados acom-
panhava a proceder com suma prudência". (7)

A estas instruções acrescentava que "o termo do comércio
de escravos há-de estreitar mais as relações com Portugal".

Já as "instruções" lembram ao novel governador como seria
difícil a sua missão.

Assim, queixava-se Paulo José Miguel de Brito do Xequê de
Quitangonha que era um permanente incômodo ao Governo de Moçambique,
de tal maneira "que não houve governador da Colônia que não lhe ex-
perimentasse a rebeldia". (8)

A luta de Paulo José Miguel de Brito entretanto, também,
se consubstanciou em obra de repercussão econômica, como a fundação
de uma colônia agrícola, que denominou D. Miguel I, inaugurada em
maio de 1830, que, infelizmente, foi "abandonada ao fim de quatro a-
nos de existência". (9)

Pela morte de Paulo José Miguel de Brito em Moçambique, a
28 de janeiro de 1832, em Lourenço Marques (hoje Maputo), a sua viú-
va, D. Isabel Leonor de Mendonça e Brito, obteve pensão anual cor-
respondente ao "soldo de sua patente" (Coronel). (10)

(7) - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Lisboa. Núcleo Moçambique.

Instruções do Conde de Basto a Paulo José Miguel de Brito,
datada de Queluz, a 4.5. 1829, resumido em BOTELHO, José
Justino Teixeira. História militar e política dos portugue-
ses em Moçambique, da descoberta a 1833. Lisboa, Centro Ti-
pográfico Colonial, 1934. p.633-4.

(8) - AHU. Núcleo Moçambique. Of. de Paulo José Miguel de Brito,
datado de 28.1.1831.

(9) - BOTELHO, cit. p. 590-1.

(10)- AHM. Lisboa. Caixa nº 536.

Paulo José Miguel de Brito, em 1827, submetia a sua "Memória política" à Academia das Ciências de Lisboa. A 11 de outubro da quele ano o dr. Mateus da Assumpção Brandão emitia parecer propondo que aquela obra fosse publicada pela Academia e o seu autor admitido como sócio.

A 20 do mesmo mês e ano era exarado outro parecer, desta vez, emitido por José Acúrsio das Neves, no mesmo sentido do anterior.

Ambos os pareceres foram lidos na sessão de 1º de novembro daquele ano de 1827 e aprovados, sendo, então, definida a qualidade de sócio correspondente de Paulo José Miguel de Brito. (11)

A partir de então há correspondência de Paulo José Miguel de Brito com o Secretário da Academia, José Maria Dantas Pereira.

A primeira carta é datada de 30 de julho de 1828, de Santarém, Portugal, onde estava como Governador Militar daquela Vila, e a última é de Moçambique, de 12 de março de 1831, já tratando da 2ª edição da "Memória", incluindo um mapa de Santa Catarina, litografado.

A "Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina, escripta no Rio de Janeiro, em 1816", teve, até a presente data, três edições.

A primeira, em 1829, com 181 páginas, impressa na Tipografia da Academia das Ciências, em Lisboa.

A segunda, em 1832, também edição da mesma Academia, é melhor acabada que a primeira, porquanto apresenta um mapa litografado da Capitania de Santa Catarina.

E, finalmente, a terceira edição, levada a efeito em 1932, em Florianópolis, (Livraria Central, 1932, 111p., mapa), sob os auspícios da "Sociedade Literária Biblioteca Catarinense" e que é, a nosso ver, a pior edição, sob o ponto-de-vista historiográfico, visto que deixou de incluir o "Apêndice", que consta das edições portuguesas, porquanto é um programa de desenvolvimento para Santa Cata-

(11) - ARQUIVO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS. Lisboa.

rina, notadamente a ligação litoral-planalto, bem como não publicou os "Apensos".

A validade, ainda hoje, da "Memória política" é, pela pureza dos dados nela contidos, pois coletados em arquivos locais (muitos deles perdidos, para o pesquisador de hoje!!!), referindo-se, sempre, às fontes, e, por isso mesmo, servindo de base aos que, mais tarde, se dedicaram a escrever a História de Santa Catarina.

Por outro lado a obra em referência é um testemunho sobre os problemas econômicos e sociais da então Capitania de Santa Catarina naquela época e aponta Paulo José Miguel de Brito, com bastante descortínio, algumas soluções, só, neste século alcançadas.

Fica-se, também, face ao estilo e o conteúdo da obra, sabendo que ele estava imbuído das idéias da "Ilustração", e a sua forma de expor, na "Memória política" era filha do "enciclopedismo", ainda dominante nos meios literários europeus e portugueses, naquele instante.

É deveras importante, pois, uma maior e melhor análise desse historiador português, inserido na nossa Historiografia.